



A questão (ou distorção) dos gêneros jornalísticos em matérias sensacionalistas¹

Fábio Rausch² / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

O presente artigo tenciona estabelecer apontamentos no que toca à prática do Jornalismo Sensacionalista, em solo Sul-Rio-Grandense. Para tanto, vale-se de um caso rumoroso na História Política do Rio Grande do Sul, o Caso Kliemann. Nos anos 1960, *Última Hora*, caracterizado como jornal popular, dedicou 131 de suas edições, entre 21 de junho de 1962 e 1º de setembro de 1963³, para problematizar quem seria o suposto autor do crime contra Margit Kliemann, esposa do então deputado estadual pelo PSD, Euclides Nicolau Kliemann. Pela dificuldade de conceituar a prática, preferir-se-á trabalhar com o termo teor sensacional. O estudo está orientado pela Hermenêutica de Profundidade, de J. B. Thompson, e pelos modos discursivos de mídia, de Charaudeau. Busca-se apontar eventuais distorções causadas nos Gêneros Jornalísticos.

Palavras-chave

Teoria do Jornalismo; Gêneros Jornalísticos; Sensacionalismo; Caso Kliemann

1. Breve panorama da Imprensa Sul-Rio-Grandense

Qualquer estudo sobre a História da Imprensa do Rio Grande do Sul deve levar em consideração a existência, por cerca de um ano, do *Diário de Porto Alegre*, primeiro jornal⁴ do Estado, que circulou de 1º de junho de 1827 a 30 de junho de 1828. A Imprensa desse período, antes do jornalista, dá ênfase à figura do tipógrafo, a quem cabia compor o jornal e, até mesmo, desempenhar a função de redator, veiculando matérias, sob o formato de artigos que, na maioria das vezes, respondiam a críticas antagônicas às posições defendidas pela publicação.

Esse período Pós-Farroupilha é, fortemente, marcado pelos pasquins, num momento em que “a falta de ligação orgânica das forças políticas com os jornais” (RÜDIGER, 2003, p. 29) motivou os redatores à prática de personalismo crítico, cuja linguagem agressiva voltava-se para os representantes das diversas esferas sociais.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Teorias do Jornalismo, no X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, durante o XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM 2010), realizado de 2 a 6 de setembro de 2010, na Universidade de Caxias do Sul.

² Bacharel em Jornalismo, formado pela Faculdade de Comunicação Social da PUCRS, em agosto de 2007, e mestrando em Comunicação Social, na mesma universidade, tendo ingressado no programa, em março de 2009, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e orientado pelo Prof. Dr. Jacques A. Wainberg. Coordena o Grupo de Estudos em Políticas e Tecnologias da Comunicação, vinculado ao PPGCOM da PUCRS. Desenvolve estudos em História da Imprensa Sul-Rio-Grandense, com ênfase em práticas jornalísticas publicísticas e de teor sensacionalista. E-mails: fabio.rausch@acad.pucrs.br; fabiorauschcol@yahoo.com.br.

³ Número verificado junto ao Acervo do Setor de Imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, de agosto 2007 a fevereiro de 2008, sob a supervisão do coordenador dessa seção, Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite.

⁴ Não se ignora, porém, que o primeiro prelo a funcionar, no Rio Grande do Sul, foi a Imperial Tipografia do Exército. Sua obtenção coube ao Marquês de Barbacena, durante ida ao Rio de Janeiro. Na intervenção brasileira na região do Prata, por conta da Guerra Cisplatina (1811-1828), ela imprimiu apenas dois boletins e uma proclamação, sendo perdida na Batalha do Passo do Rosário, a 20 de fevereiro de 1827, para tropas argentinas (FORTES, 1977).



Outro fator, paralelo ao processo político, fica por conta da multiplicidade de jornais, a partir de 1852, que “é proporcional à variedade de interesses que vão surgindo”, tais como: “humorísticas, ilustradas, joco-sérias, caricatas, noticiosas, etc.” (SILVA; CLEMENTE; e BARBOSA, 1986, p. 123).

Para Rüdiger (2003), até agora, o Jornalismo Gaúcho conheceu dois *Regimes Jornalísticos*. O *Jornalismo Político-Partidário*, que perdurará até meados da década de 1930, abrangia as ditas folhas publicísticas (propaganda ideológica). Quanto ao *Jornalismo Informativo*, ele “começou a se gestar lentamente, no início do século [XX], quando surgiram as primeiras empresas jornalísticas, e se consolidou com a formação das atuais redes e monopólios de comunicação” (RÜDIGER, 2003, p. 14).

Sob a proposta de neutralidade política (GALVANI, 1995; DILLENBURG, 1997), o *Correio do Povo*, cuja primeira publicação data de 1º de outubro de 1895, será, por assim dizer, o que se entende como o puxador do chamado *Jornalismo Informativo*.

A partir de 1912, o surgimento da clichéria representará a arrancada da imprensa industrial (HOHLFELDT; RAUSCH, 2006), persistindo até 1969, quando o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, de forma pioneira, passa a utilizar a composição a frio, *off set*.

Finalmente, a 15 de fevereiro de 1960, circula o primeiro número de *Última Hora*⁵, jornal objeto deste estudo. Resultante de projeto nacional, nasceu no Rio de Janeiro, muito antes, em 12 de junho de 1951, com o claro objetivo de apoiar as ações do segundo mandato de Getúlio Vargas, na Presidência da República. A coordenação da linha editorial coube a Samuel Wainer, que encontrou, no presidente, um financiador. Se, para Rüdiger (2003), o periódico lança a imprensa popular no Estado, Hohlfeldt (2002) atribui a responsabilidade ao *A Hora* (30/11/1954 a 15/03/1962), que se desenvolveu sob forte intercâmbio com *Última Hora* carioca (SCHIRMER, 2000).

Standard, o matutino *A Hora* caracterizava-se pelo uso de cores, fotos e diagramação. A preocupação com o último quesito era evidente, pela contribuição do designer de jornal, o paraguaio André Guevara. Cabe ainda ressaltar as presenças de Josué Guimarães (desenhista) e Xico Stockinger (artista plástico).

A implantação de *Última Hora*, portanto, é precedida por clara transferência de profissionais vindos de *A Hora*, aproximando-se da casa de duas dezenas (HOHLFELDT, 2002). A folha surgia, também, com matriz populista. No plano estadual, apoiaria o então governador Leonel de Moura Brizola. Em média, continha 24

⁵ Ressalte-se que, na década de 1910, houve, em Porto Alegre, o jornal diário chamado de Última-Hora (MIRANDA; LEITE, 2008).



páginas por edição. Primeiro, vespertina, para rivalizar com a *Folha da Tarde*. Mais adiante, passa a ser matutina. Além do preto, sua cor básica, valia-se de logotipo azul. À frente do projeto gráfico, estavam os diagramadores Guevara e Aníbal Bendati.

À novidade de ser o primeiro tabloide do Estado (BARROS, 1999), com textos sintéticos e manchetes de tamanhos que poderiam exceder a medida trivial, conforme o apelo do assunto em pauta, o periódico seguiu o *copidesque* (HOHLFELDT, 2002), função introduzida pelo *Diário Carioca*, para viabilizar a *Pirâmide Invertida*. A folha só deixará de circular em 5 de abril de 1964, com o início do Regime Militar.

2. Estereótipo

Augras (1970) indica ter sido Walter Lippmann (1922) quem introduziu a palavra estereótipo, em **Public Opinion**. Origina-se do grego (KLÖCKNER, 2008): *stereos* (sólido) e *typos* (figura ou imagem). O termo refere-se a molde de metal, por meio do qual é possível que se reproduzam inúmeros exemplares. A autora aponta que a esquematização visa a reduzir as qualidades de determinado objeto a uma só. Cabe à simplificação e à persistência facilitar a retenção pela memória. Alerta que, embora se situe no plano da fantasia, o estereótipo é atitude social que pode levar à ação.

Os rótulos tornaram-se mecanismos recorrentes nas matérias jornalísticas, muito devido à possibilidade de se fixarem clichês. Ou seja, basta a menção de nome ou situação para que o leitor, rapidamente, compreenda de que se está falando. Não faltam exemplos: bandido; criminoso; a terminologia *gate* para casos de crise política, em alusão ao *Watergate*, que culminou na única renúncia de presidente da República nos Estados Unidos, a de Richard Nixon, nos anos 1970.

Para Barthes (1984), a própria linguagem política constitui-se de estereótipos. O Estereótipo vive quase que como introjetado nas comunicações e nos discursos diversos. Por sua vez, a notícia objetiva atores, universaliza-os ao convertê-los em ponto de referência (BARTOLOZZI apud BARROS FILHO, 2003).

3. *Fait Divers*

O *Fait Divers*, notícia que causa impacto ao leitor, como crimes envolvendo pessoas conhecidas (ERBOLATO, 2008), apresenta caráter quente e circunstancial (MAFFESOLI, 1988). Relatos assim abastecem a imprensa de teor sensacionalista com ingredientes insólitos e extravagantes, para a manchete de capa. Segundo Barthes (1982), ao contrário da notícia, que remete a outros discursos e realidades, o *Fait Divers*



possui estrutura fechada, cujas chaves para compreendê-lo estão nele mesmo, entendido como informação total ou imanente. Apresenta carga suficiente de interesse humano e causa a “tênue sensação de algo vivido no crime, no sexo e na morte” (ANGRIMANI, 1995, p. 26). É a dramatização sobreposta à informação (MORIN, 1997).

Barthes (1982) aponta as causas *Perturbada* e *Esperada* para o *Fait Divers* de *Causalidade*. A *Causa Perturbada* — a que interessa aqui — aborda o desconhecimento causal e a possibilidade de pequeno fato produzir grande efeito, motivado, sobretudo, pela imprecisão dos motivos ou pelo ilógico. O grau de *excepcionalidade* é o conflito formalizado, “inexplicável aos recursos da racionalidade (...), cujo código de fala é a língua da *emocionalidade*” (RAMOS, 2001, p. 125).

O autor traça, contudo, os limites de extensão causal. Para Barthes (1982), a ignorância real da causa de um crime misterioso obriga o *Fait Divers* a estender-se por vários dias, a ponto de perder o seu caráter efêmero, característico da natureza imanente. No limite, “o atraso causal não exaspera nele o crime, mas o desfaz” (p. 62). Ao perder a relação fundamental que o caracteriza, o *Fait Divers* desaparece.

No que conceitua como dramas do destino humano, Charaudeau (2006) sugere categorias para classificar o tratamento que a mídia dá aos fatos. O *Trágico* descreve o conflito entre paixão e razão, entre pulsões de vida e pulsões de morte.

4. Sensacionalismo

A produção da matéria capaz de emocionar e escandalizar é a tônica dramática do jornalismo sensacionalista, que contém noticiário de *Fait Divers*, para representar uma cena, a ponto de o leitor, como observador *voyeur*, sentir-se presente ao quadro exposto (HOHLFELDT, 2002). O veículo com essas características “opera como um meio de liberação da culpabilidade do ato, que o leitor realiza na imaginação, sobre as personagens dos acontecimentos” (PEDROSO, 2001, p. 51).

Angrimani (1995) utiliza definições de Ferreira (1986) para conceituar sensacional, sensacionalismo e sensacionalista. O primeiro adjetivo aponta para a produção de sensação intensa, do espetacular. No caso seguinte, há referência a divulgar e explorar, em tom espalhafatoso, matéria que emociona ou escandaliza. O último termo designa a presença de caráter sensacional.

Segundo Marcondes Filho (1986), a prática sensacionalista está aliada ao nutriente psíquico, desviante ideológico e à descarga de pulsões instintivas. Cabe à manchete vender aparência chocante. Conforme o mesmo autor, esta frase vem



carregada de apelos às carências psíquicas das pessoas e explora-as de forma sádica, caluniadora e ridicularizadora. Assim, o jornalista tem a responsabilidade de extrair cargas apelativas voltadas a chocar o leitor e, por consequência, aumentar a circulação do periódico através dos “tentáculos da emoção” (RAMOS, 2001, p. 125).

Para Angrimani (1995), a abrangência do termo sensacionalista, geralmente empregado para designar veículo que não tenha correspondido às expectativas do público, carrega incongruências. Elas chegam a gerar confusão entre qualificativos editoriais, como audácia, imprecisão, distorção. O autor, assim, conceitua:

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de *sensacionalizar* aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se, para isso, de um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato. Em casos mais específicos, inexistente a relação com qualquer fato e a notícia é elaborada com mero exercício ficcional. O termo sensacionalista é pejorativo e convoca a uma visão negativa do meio que o tenha adotado. Um noticiário sensacionalista tem credibilidade discutível (ANGRIMANI, 1995, p. 16).

Acredita-se que o Jornalismo de Teor Sensacional apresente condições para, possivelmente, distorcer os Gêneros Jornalísticos. Ou seja, munido de *Fait Divers*, e por meio de suítes⁶, um veículo pode alimentar, por assim dizer, reportagens de teor sensacional. A prática, no entendimento do presente estudo, pode comprometer o viés informativo que caracteriza a notícia, estrito senso.

Nos séculos XV e XVI, na Europa, a igreja, a taverna e a praça do mercado eram os palcos onde menestrelis, verdadeiros contadores de histórias ou cantores de baladas, disputavam a atenção pública com relatos ou cantigas sensacionalistas (GONTIJO, 2004). Neste período, brochuras informativas, os *occasionnels*, continham *Fait-Divers*.

Entre 1560 e 1631, os jornais franceses *Nouvelles Ordinaries* e *Gazette de France* já traziam *Fait Divers* e notícias sensacionais. Subsequentes aos *occasionnels*, surgem os *canards*, “relatos de acontecimentos singulares ou prodigiosos que se poderia crer tirados da imaginação do autor, o *canardier*” (HOHLFELDT, 2003, p. 245).

O lançamento do *New York Sun*, em 1833, marca a presença dos jornais baratos da *penny press*. Além dos assuntos políticos e econômicos, o jornal trazia histórias de

⁶ “Suíte: sequência de um assunto, em edições subsequentes do jornal, sempre que houver novas informações a respeito” (ERBOLATO, 2008, p.250).



crime, escândalos, tragédias e notícias interessantes ou divertidas (TRAQUINA, 2005). O grande repórter, conhecido como *muckracker*, “desencavava os escândalos” (NEVEU, 2006, p. 22). Em menos de quatro anos, este periódico alcançou a venda diária de 30 mil exemplares, superando, em quinze vezes, a tiragem inicial.

É no final do século XIX, por sua vez, que dois jornais norte-americanos darão o acabamento final para o estilo sensacionalista conhecido atualmente, originando o termo “imprensa amarela” (ANGRIMANI, 1995, p. 21). O *New York World*, editado por Joseph Pulitzer, aos domingos, publicava história em quadrinhos chamada *Hogan’s Alley*, cujo personagem principal era um menino de feições engraçadas, e que vestia camisola amarela, chamado de *Yellow Kid*. O modelo foi copiado por William Randolph Hearst, diretor do *Morning Journal*, ao contratar do periódico concorrente *Outcault*, autor dos quadrinhos. No *World*, a tarefa ficaria para George Luks. A partir de conteúdo sensacionalista, ambas as folhas chegavam a um milhão de exemplares diários.

5. Gêneros Jornalísticos

Melo (2003, p. 41) reconhece que “o maior desafio do Jornalismo, como campo do conhecimento, é, sem dúvida, a configuração da sua identidade enquanto objeto científico”. Para tanto, precisa ficar claro que, historicamente, o Jornalismo vem se dividindo entre duas categorias básicas: *Jornalismo Informativo* e *Jornalismo Opinativo*. Tal categorização “emerge da necessidade sociopolítica de distinguir os fatos (*news/stories*) das suas versões (*comments*), ou seja, delimitar os textos que continham opiniões explícitas” (MELO, 2003, p. 42). No entanto, até mesmo essa clássica abordagem do campo encontra resistências. Chaparro (2007, p. 13) é taxativo:

Não há, pois, como definir uma fronteira entre opinião e informação. Pela simples razão de que não existe essa fronteira. Existe, sim, uma relação interativa, dialética, estratégica, criativa, permanente, entre informação e opinião. E, nessa relação, se constrói o jornalismo, tanto nos esquemas da narração (para relatar os fatos) quanto nos esquemas da argumentação (para comentar os fatos).

De acordo com Erbolato (2008), a reportagem é uma notícia aprofundada resultante de pesquisa em arquivos de jornais e de bibliotecas e da coleta de dados secundários ao fato principal. A prática da reportagem originou a denominação de Jornalismo Interpretativo, pelo qual o repórter apresenta vários ângulos para uma só



notícia, com “esforço analítico e documental” (MELO, 2003, p. 47). Mas Erbolato (2008, p. 31) mesmo alerta: “Não se poderia, a rigor, falar em interpretação, sem que se oferecesse ao leitor algo de opinião. E opinar é privilégio, por exemplo, dos editoriais, que representam o pensamento da direção de qualquer matutino ou vespertino”.

A rotina jornalística, por excelência, pressupõe o desafio de administrar o fator tempo, já que o inesperado pode ocorrer a qualquer momento, sobretudo, porque divulgar a informação mais atual, em primeira mão, é o princípio básico dessa prática. A cultura profissional acaba, por assim dizer, privilegiando um saber instintivo e não reflexivo (TRAQUINA, 2005a), capaz de proporcionar ao jornalista a capacidade de distinguir entre o que merece, ou não, receber tratamento jornalístico.

Crítico com relação à produção midiática, em uma série de cursos⁷ que ministrou no Collège de France, diante de plateias formadas por jornalistas, Bourdieu (1997) expôs as contradições que constataria dentro desse campo profissional. Entre as críticas, destaca: “os jornalistas têm óculos especiais, a partir dos quais vêem certas coisas e não, outras; e vêem, de certa maneira, as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (p. 25).

Em que pese críticas, o jornalismo tem a sua própria lógica e funciona a partir dela. Grande parte está centrada em um “vocabulário de precedentes” (ERICSON, BARANEK e CHAN apud TRAQUINA, 2005a, p. 41), por meio do qual os jornalistas colocam em prática a própria experiência diária, adquirida mediante contato com colegas, fontes, superiores hierárquicos e outros textos jornalísticos.

A construção da notícia, portanto, segundo síntese conceitual formulada por Traquina (2005; 2005a), através de revisões bibliográficas em obras de Teoria do Jornalismo, será feita mediante aplicação dos saberes de Reconhecimento, de Procedimento e de Narração. Trata-se de reconhecer quais acontecimentos possuem valor de notícia, segundo critérios como notoriedade, proximidade geográfica, etc.; saber que dados escolher para elaborar o texto noticioso; e, com base nos recursos do *Lead* e da *Pirâmide Invertida*, saber como elaborar a narrativa da Notícia.

A propósito disso, cabe ressaltar o sentido do texto jornalístico, em que o *Lead*⁸ traz, para o primeiro parágrafo da matéria, os elementos mais importantes do texto, organizando-o dentro do conceito corrente daquele meio, a *Pirâmide Invertida*, disposta

⁷ As palestras foram gravadas e transmitidas em dois programas, em maio de 1996, pela Paris Première. As aulas foram transcritas e organizadas no livro *Sobre a televisão*. No presente estudo, utiliza-se a obra editada pela Jorge Zahar, no Brasil, que data de 1997.

⁸ O tradicional *Lead* corresponde à técnica utilizada pelos jornalistas na abertura de suas matérias. A rigor, ele deve responder aos seguintes questionamentos: o quê; quem; quando; onde; como; e por quê.



sequencialmente (ERBOLATO, 2008): a) entrada ou fatos culminantes; b) fatos importantes ligados à entrada; c) pormenores interessantes; d) detalhes dispensáveis.

Pereira Júnior (2006) conta que, na metade do século XIX, devido a dificuldades técnicas no envio de reportagens, via telégrafo, as agências de notícias, caso da americana Associated Press, fizeram uma solicitação a seus repórteres correspondentes: concentrar os elementos mais importantes no primeiro parágrafo. No Brasil, nos anos 1950, o *Diário Carioca* apreenderá dos norte-americanos o *Lead* e a *Pirâmide Invertida* e introduzirá essas técnicas na imprensa brasileira (LAGE, 2006).

A técnica serve à *Objetividade Jornalística*, que “reconheceu, implicitamente, o jornalista como perito” (TRAQUINA, 2005, p. 60) de tal julgamento. Neste caso, ser objetivo pressupõe ser imparcial e, portanto, escrever em terceira pessoa.

Deve-se lembrar que a Teoria do Espelho, a primordial entre as análises teóricas da Notícia, sustenta que o jornalista é comunicador desinteressado que reflete a realidade tal como ela é (TRAQUINA, 2005, p. 149). “Mas a Teoria do Espelho, intimamente ligada à própria legitimidade do Campo Jornalístico, é uma explicação pobre e insuficiente, (...) [ainda que, ao se afirmar isso, não se tenha] qualquer intuito de [se] pôr em causa a integridade dos seus profissionais”.

A própria noção da Objetividade sugere que a produção textual dos profissionais desse campo é mais uma “construção da realidade” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 15; TRAQUINA, 2005; 2005a) do que o seu reflexo em si. Erbolato (2008, p. 35) esclarece algumas das dificuldades da atividade jornalística:

Nenhum jornalista duvida que interpretar objetivamente é mais difícil do que informar, já que, no processo de pesquisa, de investigação e de análise dos acontecimentos, os fatores subjetivos têm mais oportunidade de se manifestarem do que quando, simplesmente, são descritos os fatos. Contudo, a simples informação, às vezes, também é difícil de ser redigida, dentro de rigorosa objetividade.

6. Hermenêutica de Profundidade

A Hermenêutica consiste em tradição antiga que remonta à Grécia Clássica. Thompson (1995) constitui referencial metodológico baseado em filósofos hermeneutas dos séculos XIX e XX, com destaque a Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur. “Esses pensadores nos lembram, em primeiro lugar, que o estudo das formas simbólicas é, fundamental e inevitavelmente, um problema de compreensão e interpretação” (p. 357).



Inspirado em Heidegger, o autor problematiza o conceito de interpretação, já que, ao tentar interpretar uma forma simbólica, o analista pode estar voltado a objeto resultante de outra atividade interpretativa. É re-interpretar campo pré-interpretado.

Thompson (1995) destaca que “os sujeitos que constituem parte do mundo social estão sempre inseridos em tradições históricas” (p. 360). Logo, sustenta não fazer sentido estudar qualquer objeto de maneira dissociada de seu contexto sócio-histórico.

Portanto, a primeira etapa, a *Análise Sócio-Histórica*, visa a reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas.

Conforme Thompson, a estrutura articulada de construções simbólicas requer uma segunda análise, a *Formal ou Discursiva*. Dos três aspectos que ele propõe, será motivo de exame, neste estudo, a construção da mensagem dos meios de comunicação. Razões de ordem espaço-temporal impedem o acesso à produção e à recepção.

A terceira e última etapa, a de *Interpretação e Re-Interpretação*, retoma o ponto já comentado, de que todo o objeto a ser analisado, *a priori*, conta com uma pré-interpretação, não ficando restrito a um só analista a possibilidade de interpretações.

7. Discurso das Mídias

Com a premissa de que todo acontecimento midiático é construído, Charaudeau (2006) desenvolve orientações acerca dessa construção, com vistas a atender a critérios de atualidade, expectativa e socialidade. Para este estudo, interessa as categorias particulares que chama de modos discursivos, e que, segundo ele, correspondem à especificidade das instruções dadas por cada situação de comunicação midiática.

Como se está propondo uma análise de matéria jornalística, tal intento se mostra compatível com a instância do acontecimento relatado. O autor explica que a construção do acontecimento dá-se pela implicação de fatos e ações dos atores envolvidos. “Trata-se, nesse caso, de *Fato Relatado* (F.R.); mas, também, de palavras com declarações e demais reações verbais dos atores da vida pública: é o que chamamos de *Dito Relatado*” (CHARAUDEAU, 2006, p. 150).

Ele esclarece que explicar um fato serve como tentativa de dizer o que o motivou, “quais foram as intenções de seus atores, as circunstâncias que o tornaram possível, segundo qual lógica de encadeamento, enfim, que consequências podem ocorrer” (p. 154). Destaca, ainda, a relevância do papel da descrição do fato, junto com as declarações, por meio das quais pode ser evidenciado o grau de interesse que os atores envolvidos demonstram por determinado ocorrido.

De acordo com Charaudeau (2006), o *Discurso Relatado* funciona, estrategicamente, como um discurso de prova, tanto em relação ao outro, quanto a si mesmo. Outro fator que demarca diz respeito ao poder, pois, ao deter a informação de determinada fonte, o locutor-relator agrega a si posicionamento de autoridade.

A título de organização analítica, vale considerar três das diferentes formas que Charaudeau (2006, p. 165) sugere para o relato:

a) *Citando*: Cita o dito de origem que é relatado, mais ou menos integralmente, numa construção que se apresenta como a reprodução fiel do que foi enunciado, com marcas de autonomia no dizer do locutor que relata;

b) *Integrando*: Integra o dito de origem, na terceira pessoa, ao dizer daquele que relata, com modificações no enunciado de origem;

c) *Narrativizando*: Narra o dito de origem que é relatado, de tal maneira que se integre totalmente, ou mesmo desapareça, no dito de quem relata. O locutor do dito de origem torna-se agente de um ato de dizer.

8. O Caso Kliemann

Em 20 de junho de 1962, Margit Kliemann, esposa do deputado estadual Euclides Nicolau Kliemann (PSD), foi encontrada morta na sala da sua residência, à Rua Barão do Santo Ângelo, no Bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Segundo a polícia da época, ela teria levado pancadas na cabeça, com atizador de lareira, sendo o marido, Euclides, o principal suspeito do assassinato. Dois dias depois, *Última Hora* divulga: “Abalado todo o Rio Grande: Primeira conclusão no Caso Kliemann / Polícia: Não é latrocínio”.

Para Barros (1999), a dramatização do cotidiano atendia à consciente decisão editorial de *Última Hora*. João Ribeiro, primeiro secretário de redação deste periódico, confessou que, para abrir espaços na imaginação do leitor, chegava-se a ponto de “a realidade se confundir com a ficção” (p. 68). O jornal assumiu-se como autêntico tabloide, como os congêneres *Daily Mirror* e *Paris Jour*, e documentou o crime de Margit em tom sensacionalista. “Quase toda a redação de *Última Hora*, inclusive, a editoria Política e o colunismo social, dedicou-se a cobrir o que ficaria famoso, na História do Jornalismo Gaúcho, como um crime insolúvel” (BARROS, 1999, p. 124).

As coberturas, quase que diárias, geravam novos capítulos para o mistério sobre quem assassinara Margit, no perfeito estilo melodramático dos antigos romances de



folhetim⁹. Tal interesse encontra ressonância no que De Grandi (2005, p. 122) relata: “Os jornalistas encarregados da cobertura policial não se limitavam, à época, ao registro dos fatos. Muitos deles se travestiam de investigadores e competiam com inspetores e delegados, na busca de pistas que levassem à elucidação dos crimes”.

A possibilidade de o próprio deputado ter sido o autor da morte da esposa, de certo modo, acompanha as coberturas da imprensa, ora a partir de citações taxativas, ora indiretamente. No início, em 26 de junho de 1962, *UH* não perde tempo: “Para a polícia, o marido ainda é suspeito”. No mês seguinte, dia 23: “Kliemann continua suspeito”¹⁰.

Em paralelo, nunca deixou de ser cogitada a possibilidade de uma dama estar envolvida no crime, a Dama de Vermelho. Até hoje, perduram controvérsias quanto à identidade da personagem¹¹ e de como ela teria parado nas páginas dos jornais. Tratava-se de moça da sociedade que poderia esclarecer o crime. Embora o jornalista de *UH* Sérgio Jockymann¹² garanta haver tirado a personagem das publicações do colunista social carioca Ibrahim Sued, o jornalista Wanderley Soares¹³ lembra que Leopoldo Silva, do *Diário de Notícias*, foi quem propôs a dama para dar fôlego à cobertura.

Esta personagem só ganha maior destaque, em *UH*, no seguinte título, de 6 de julho de 1962: “Há uma mulher que sabe de tudo”, em alusão a tal dama do *Society*, que conhecia Margit. Mesmo assim, em 28 e 30 de junho, chegara a publicar: “Polícia esconde mulher-chave” e “Polícia entra no *Society*”. Na busca por fazer frente à cobertura do *DN*, o jornal garante que a suposta moça já teria revelado o segredo que carrega, consigo, ao marido, sendo que este garantira manter sigilo. Para *UH*, é questão de dias para que o nome dela venha à tona. A 4 de julho, em “Verdades e mentiras andam de mãos dadas”, Jockymann escreve: “O caso, pouco a pouco, foi tomando forma de folhetim, e, a cada depoimento, só fez aumentar, ainda mais, a dramaticidade”.

Em oportunidade diversa, trabalhou-se sob o prisma da hipótese da *Agenda Setting*¹⁴, quando se apontou dois fatos que teriam consolidado a ideia de culpa pela morte de Margit, em Euclides Kliemann, sendo o último fatal. No primeiro episódio, a 30 de agosto de 1963, na Assembléia Legislativa, ele quase agrediu o deputado

⁹ Conforme Hohlfeldt (2003), o romance de folhetim apresenta, entre outros aspectos, enredo complexo, melodramaticidade, diversos personagens e ações eletrizantes que se multiplicam através de capítulos.

¹⁰ Esta matéria será objeto de análise na sequência deste artigo.

¹¹ Em projeto paralelo, coordenado pelo jornalista e escritor Celito De Grandi, o pesquisador auxiliou no avanço dessa questão. No prelo, o livro deverá ser publicado até o final de 2010.

¹² Entrevista concedida a Celito De Grandi, em 10 de junho de 2007.

¹³ Entrevista concedida a Celito de Grandi, em 22 de outubro de 2008.

¹⁴ Ver: RAUSCH, Fábio. “O Caso Kliemann e a hipótese do agendamento entre o Diário de Notícias e a Última Hora” in GP Teoria do Jornalismo, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa, XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009.



Lamaison Porto (PTB). Em discussões políticas, Porto declarou: “Vá cuidar de seus problemas. Vossa Excelência tem muito que provar”.

Na tarde do dia seguinte, na Rádio Santa Cruz, em Santa Cruz do Sul, cidade natal de Kliemann, após uma palestra em que defendia as políticas do PSD, no município, o parlamentar teve as suas declarações rebatidas pelo vereador local Floriano Peixoto Karam Menezes, do PTB. Quando este falou: “O deputado Euclides Kliemann é o principal suspeito da morte de sua esposa, dona Margit Kliemann”, o acusado levantou-se da sala onde estava, foi até a cabine de locução, abriu a porta e gritou: “Essa não”. Surpreendido, Karam sacou do revólver que portava e disparou uma bala junto ao coração de Kliemann. *UH* publicou: “Kliemann sepultado ao lado de Margit”.

9. Análise

Ao invés de informar, o jornal faz uma reflexão em torno do trabalho da polícia nas investigações do Caso Kliemann. Além disso, sem apontar fontes, tampouco, bases para as informações citadas, formula premissa taxativa logo no início da matéria, para que, ao longo de toda a construção textual, consiga elementos que lhe dêem sustentação.

A construção discursiva parte do pressuposto de que a suposta negativa da polícia a qualquer pronunciamento oficial sobre o Caso Kliemann abre margem para que o próprio jornal formule conjecturas. Para tanto, vale-se de estereótipos para, bem, pontuar a construção em jogo. A atuação da polícia é classificada como “papel bizarro”. Atribui a imparcialidade, sustentada pela polícia, à “habilidade mais diplomática do que policial”, em suposto convencimento junto à Assembleia Legislativa. *Última Hora*, então, assevera: “Essa é a atitude oficial da polícia, muito diversa da outra atitude, revelada pelas investigações”.

Em última análise, a opinião, manifestada no decorrer da narrativa, é atribuída à polícia e à suposta ineficiência dela, como agente-investigador. Mas o próprio uso da primeira pessoa, incompatível com a reportagem jornalística e com a proposta do fato relatado de que fala Charaudeau (2006), deixa claro uma posição editorial:

Analisando os trabalhos policiais até a presente data, *UH* [*Última Hora*] chegou a uma conclusão: todas as investigações convergem para uma pessoa. E essa pessoa é exatamente o deputado Euclides Kliemann. A polícia só tem uma preocupação, que pode ser despiste: checar o depoimento do deputado.



Na sequência, o texto emprega adjetivos e um acúmulo de interrogações. A essas, responde com novas interrogações ou ironias, com evidente teor opinativo. E expõe nova conclusão analítica: “Porque, até agora, a polícia tem feito o deputado Kliemann alvo de todas as investigações, suspeito único, contra quem devem ser coligidas todas as provas”.

A matéria sustenta, com base em ideias próprias, sem qualquer menção a fontes, o que denomina de teoria do triângulo: uma dama que presencia o crime, a que é assassinada e o cavalheiro. E assevera: “O assassino só pode ser o cavalheiro”. E questiona: “E quem?”. E responde: “Nem é preciso responder”. Dada a sua posição editorial, procura transferir a responsabilidade pela [des] informação: “No entanto, a polícia insiste em dizer que não está acusando o deputado Euclides Kliemann”.

O texto ainda arrisca informar, sem menção de consulta a fontes policiais, que noventa e cinco por cento das perguntas que a polícia teria feito, em terceiro depoimento colhido junto ao deputado, já haviam sido registradas no primeiro.

10. Considerações Finais / *Interpretação e Re-Interpretação*

Antes de discorrer as considerações analíticas percebidas, cabem alguns adendos. Primeiro, o contexto jornalístico, no qual *Última Hora* está inserido, é de transformações técnicas. Se, no quesito projeto gráfico e diagramação, ela já inovava, sobretudo, pelas influências e inspirações herdadas de *A Hora*, com relação à linha editorial, o periódico ainda não havia incorporado postulados como a Objetividade Jornalística. Não se pode falar, portanto, em utilização do *Lead* e de preocupação com o relativo distanciamento que requer a construção de matéria de jornal.

No que aponta como fator limitador da continuidade de um *Fait Divers*, na cena midiática, Barthes (1982) considera que crimes insolúveis acabam perdendo espaço, em especial, pela pouca personalização dada à polícia. Mas é, aí, que reside o maior trunfo de *UH*. Qual seja: o de, a grosso modo, comprar briga com a polícia, estereotipar e, por consequência, desqualificar o trabalho de um ente cuja maior preocupação passa pela manutenção ou, ao menos, correção da ordem social.

O problema é, nas palavras de Barthes (1982), causal perturbado. Ninguém sabe o autor do crime contra Margit Kliemann. No entanto, é preciso saber. Se a polícia é incompetente, nova perturbação começa a ser agregada: a ineficiência desse agente. Paralelamente, valer-se da figura do deputado Kliemann como ponto íngreme das



investigações dá ainda mais fôlego e notoriedade ao comentário, mesmo que este se apresente travestido de relato jornalístico.

Ainda que o próprio modo narrativo leve a graus de dramatização (CHARAUDEAU, 2006), *UH* encara tal artifício com maestria. Sendo assim, é no enfrentamento à polícia que mora o maior catalisador. Para fixar esse inconformismo, os estereótipos cumprem, e com eficiência, a função. Ao passo disso, na periferia, bailam os suspeitos, apenas a título de adorno à crônica diária acerca do caso insolúvel.

Todo esse panorama, contudo, ainda provoca relativa reserva quanto a caracterizar o texto como sensacionalista. A opção por se falar em teor sensacional parece ser a mais adequada, porque, ao dar sequência às polêmicas por ele mesmo suscitadas, o jornal não deixa de estar *sensacionalizando* o Caso Kliemann, com evidente distorção dos conceitos genéricos que norteiam a prática jornalística.

11. Referências

- ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**, São Paulo: Summus, 1995.
- AUGRAS, Monique. **Opinião pública**, Petrópolis: Vozes, 1970.
- BARROS, Jefferson. **Golpe mata jornal**, Porto Alegre: Já Editores, 1999.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**, São Paulo: Summus, 2003.
- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**, São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**, Lisboa: Edições 70, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**, São Paulo: Summus, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**, São Paulo: Contexto, 2006.
- DE GRANDI, Celito. **Diário de Notícias**, Porto Alegre: L&PM, 2005.
- DILLENBURG, Sérgio R. **Correio do Povo**, Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- FORTES, Gabriel Pereira Borges (Org.). **Relatório da Diretoria (1976/77)**, Porto Alegre: S.A. Moinhos Rio-Grandense, 1977.
- ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**, São Paulo: Ática, 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GALVANI, Walter. **Um século de poder**, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.



- GONTIJO, Silvana. **O livro de ouro da comunicação**, Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve direito por linhas tortas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- HOHLFELDT, Antonio. *Última Hora*, Porto Alegre: Sulina, 2002.
- HOHLFELDT, Antonio; RAUSCH, Fábio Flores. “A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização” in XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Distrito Federal, 2006.
- KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso**, Porto Alegre: AGE / EDIPUC, 2008.
- LAGE, Nilson. **A reportagem**, Rio de Janeiro: Record, 2006.
- LIPPMANN, Walter. *Public opinion*, Nova Iorque: MacMillan, 1922.
- MAFFESOLI, Michel. *Une forme d'agrégation tribale*, Paris: Autrement, 1988.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**, São Paulo: Ática, 1986.
- MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**, Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MIRANDA, Marcia Eckert; LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa (Orgs.). **Jornais raros do MUSECOM: 1808-1924**, Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**, R.J.: Forense Universitária, 1997, v.1.
- NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**, São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**, São Paulo: Annablume, 2001.
- PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- RAMOS, Roberto. “Roland Barthes: Semiologia, mídia e fait divers” in *Revista Famecos*, Porto Alegre: PUCRS, abril 2001, p.119-127.
- RAUSCH, Fábio. “O Caso Kliemann e a hipótese do agendamento entre o Diário de Notícias e a Última Hora” in GP Teoria do Jornalismo, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa, XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009.
- RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**, Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.
- SCHIRMER, Lauro. *A Hora*, Porto Alegre: L&PM, 2000.
- SILVA, Jandira M.M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**, Porto Alegre: Corag, 1986.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**, Petrópolis: Vozes, 1995.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, Florianópolis: Insular, 2005, v.1.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, Florianópolis: Insular, 2005a, v.2.